

Gestão 198991
EMATER. Rio Grande do Sul.

Relatório de Atividades / [199?]

Cód. Acervo: 52788

© Emater/RS-Ascar



Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12287/52788>

Documento gerado em: 07/11/2018 18:46

O Repositório Institucional (RI) da Extensão Rural Gaúcha é uma realização da Biblioteca Bento Pires Dias, da Emater/RS-Ascar, em parceria com o Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEDAP/UFRGS) que teve início em 2017 e objetiva a preservação digital, aplicando metodologias específicas, das coleções de documentos publicados pela Emater/RS- Ascar.

Os documentos remontam ao início dos trabalhos de extensão rural no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1950. Portanto, salienta-se que estes podem apresentar informações e/ou técnicas desatualizadas ou obsoletas.

1. Os documentos disponibilizados neste RI são provenientes da coleção documental da Biblioteca Eng. Agr. Bento Pires Dias, custodiadora dos acervos institucionais da Emater/RS-Ascar. Sua utilização se enquadra nos termos da Lei de Direito Autoral, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
2. É vetada a reprodução ou reutilização dos documentos disponibilizados neste RI, protegidos por direitos autorais, salvo para uso particular desde que mencionada a fonte, ou com autorização prévia da Emater/RS-Ascar, nos termos da Lei de Direito Autoral, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
3. O usuário deste RI se compromete a respeitar as presentes condições de uso, bem como a legislação em vigor, especialmente em matéria de direitos autorais. O descumprimento dessas disposições implica na aplicação das sanções e penas cabíveis previstas na Lei de Direito Autoral, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 e no Código Penal Brasileiro.

Para outras informações entre em contato com a Biblioteca da Emater/RS-Ascar - E-mail: biblioteca@emater.tche.br

EMATER-RS





Gestão 1989/91

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SINVAL GUAZZELLI

Governador

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

MARCOS PALOMBINI

Secretário

EMATER/RS

VULMAR SILVEIRA LEITE

Presidente

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

Diretor Administrativo

ENILTUR AVES VIOLA

Diretor Técnico

ARNO LEO EICK

Chefe de Gabinete

COORDENADORIA DE OPERAÇÕES

Arno Alberto Borowski

Adjuntos: Ricardo Altair Schwartz e Paulo Ebling Rodrigues

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

Paul Heinz Krabhubofer

Adjuntos: José Inácio Pereira da Silva e Leonardo Melgarejo

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

João Darcísio Nonnemacker

Adjunto: Alceu Schneider

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Luíza Helena S. de Siqueira

Adjunto: Odemar Marino Forlauto

COORDENADORIA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Alexandre Czermack Rick

Adjunto: Fernando Kubl

COORDENADORIAS REGIONAIS

Metropolitana e Litoral Norte

José Luiz Bortoli Azambuja

Adjunto: Dirceu Slongo

Campanha

Cláudio Marques Ribeiro

Adjunto: Getúlio Alberto P. Villela

Serra

Antonio Carlos Patrício

Adjunto: Neusa Fátima Panazzolo

Vale do Taquari

Nelso Volcan Portelinha

Adjunto: Dulpbe Pinheiro Machado Neto

Planalto

Nilton Cipriano Dutra de Souza

Adjunto: Valdemar Davi Butzke

Noroeste

Dante Gomes da Silva Fraga

Zona Sul

Jair Seidel

Adjunto: José Francisco Lopes

Depressão Central

Gilberto Luiz Marin Righi

Adjunto: Dalro Adão Schopf

Alto Uruguai

Zanir Angelo Chies

Adjunto: Teodoro Tedesco Neto

O serviço de assistência técnica e extensão rural é um instrumento de política agrícola - aliado imprescindível do produtor, especialmente do pequeno e médio. A EMATER/RS executa com eficiência e eficácia esse serviço, cujo resultado é o desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor primário.

Este relatório objetiva prestar contas ao Governo do Estado e à sociedade sobre o que fizemos, para que possam aferir como foram aplicados os recursos a nós confiados e demonstrar a importância da EMATER/RS como instrumento de modernização do setor primário.

Temos consciência do caminho ainda a ser percorrido e nessa trajetória precisamos continuar juntos, ampliando apoio e esforços dos extensionistas e agricultores assistidos, alicerçados na sensibilidade dos governantes, no espírito público da classe política e na confiança da sociedade em geral.

O saldo obtido, apesar dos percalços da crise, resulta de um trabalho de equipe, onde se evidencia o valor da coparticipação interinstitucional e a capacidade do corpo funcional, seguramente um dos mais qualificados do País nessa área.

Expressamos agradecimentos ao Governo do Estado, às Prefeituras e à classe política pela compreensão e apoio nos momentos de dificuldades, bem como a todos os parceiros do nosso trabalho: Câmaras de Vereadores, cooperativas, sindicatos, universidades, órgãos de pesquisa, empresas privadas, associações, agricultores e servidores - responsáveis pelo processo de modernização da agropecuária e da vida rural rio-grandense.



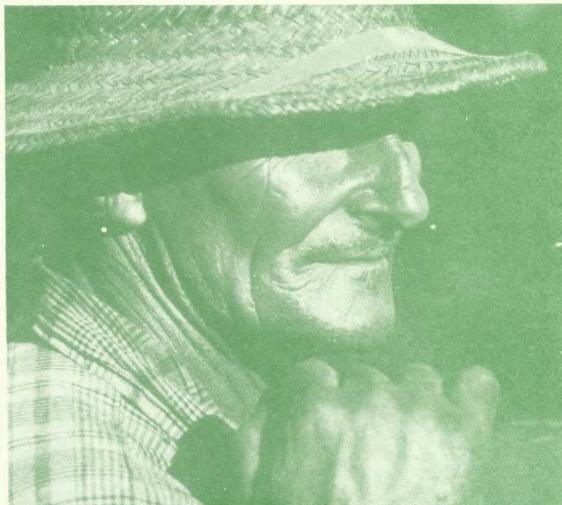


O serviço de assistência técnica e extensão rural passa por dificuldades desde meados da década de 80. Em 1987, quando assumiu o atual Governo do Estado, a empresa se encontrava em crise, impossibilitada de renovar equipamentos, especialmente veículos e com a evasão de 300 técnicos de campo, que deixaram a instituição, gradativamente, a partir de 1983, já produzindo reflexos negativos junto ao público assistido.

Nesta gestão a EMATER/RS passou por dois traumas, ocasionados pela tentativa e, logo a seguir, a extinção da EMBRATER, que perturbaram os serviços pelo corte de 45% dos recursos financeiros, colocando em risco a sobrevivência da instituição. É dessa época uma proposta, prontamente recusada, de redução do número de escritórios e o corte em 40% no quadro de pessoal.

Os sobressaltos e tensões consumiram muita energia e foram superados quando o Governo do Estado alcançou os recursos financeiros orçamentários, bancando, em 1990, 89,85% da receita para assistência técnica e extensão rural. Presentemente a empresa sofre os reflexos da recessão econômica em vista da dependência do Tesouro Estadual, cujos recursos se tornaram escassos pela queda de arrecadação.

Apesar de tudo chegamos ao final do período administrativo com a empresa estruturada, ocupando nova posição no contexto social, reconhecida e acatada, com grande demanda de seus serviços.



Nossas atividades são articuladas com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, sendo a EMATER/RS uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que executa a política oficial de assistência técnica e extensão rural e de classificação de produtos de origem vegetal.

Visamos a modernização da agropecuária e da vida rural mediante processos educativos, objetivando:

- a) o aumento da produção e da produtividade e a diversificação;
- b) a elevação da renda líquida do produtor;
- c) a melhoria da qualidade de vida da família do produtor;
- d) a organização dos produtores em associações, clubes e cooperativas;
- e) a consolidação de uma mentalidade preservacionista;
- f) a classificação de produtos de origem vegetal.

Os trabalhos foram executados junto com os programas prioritários do Governo do Estado, num entrosamento com Prefeituras, mediante convênios para manutenção dos escritórios locais, os organismos comprometidos com a produção primária e, em especial, junto aos agricultores.

Os escritórios contam com extensionistas treinados para atuar com o produtor, conviver com sua família, compreender sua realidade e, com a sua colaboração, estabelecer ações - de forma democrática e participativa - para solucionar os problemas existentes.

As atividades se realizam através de processos de alcance individual, grupal e massal, com visitas às propriedades, demonstrações de métodos e resultados, reuniões, excursões, campanhas, dias de campo, publicações, determinação da qualidade dos produtos pela classificação e uso dos veículos de comunicação social.



A situação de dificuldades que encontramos exigiu medidas de contenção de gastos e racionalização de materiais, equipamentos e serviços, sem prejuízos na agilidade e eficiência dos trabalhos.

Efetuamos, já no início, o restabelecimento do processo de supervisão administrativa, recompondo a estrutura organizacional, na busca de um quadro harmônico que possibilita as novas formas de atuar, melhores resultados e um clima de harmonia nos serviços.

O planejamento deixou de ser anual, por projeto ou por cultura, estabelecendo-se, numa visão globalizada da realidade, um Plano Estratégico Plurianual, definindo ações de longo, médio e curto prazo. Rompeu-se o isolamento e o trabalho leva em conta as variáveis do processo produtivo, a política do Governo do Estado, no anseio dos municípios, as expectativas das comunidades, do produtor e sua família.

Após onze anos, voltamos a investir na informatização com a elaboração do Plano Diretor de Informática para normatizar o desenvolvimento dessa área. A locação de um ED-600 vem resolver os problemas mais agudos e inicia uma nova era no setor.

A partir de 1987, foram adquiridos 238 veículos, com recursos da extinta EMBRATER, BIRD e Governo do Estado e, na atual gestão, recuperados outros 251, para atender a demanda de campo. Outros equipamentos, como níveis, móveis, telefones, telex, fax, foram adquiridos com verbas do Estado e do BIRD.

Apesar dos percalços do período, promovemos um concurso público que possibilitou o ingresso de 420 servidores no campo, completando inúmeras equipes municipais, implantação de 67 novos escritórios e criação da Coordenadoria do Alto Uruguai pelo desmembramento da Coordenadoria do Planalto, melhor atendendo aquela vasta região. Quatro novos postos de classificação de produtos de origem vegetal foram instalados para o aperfeiçoamento desse serviço.



A necessidade de manter uma equipe preparada, tanto a campo quanto na área de apoio, exigiu uma política nova de recursos humanos, iniciada pela criação de uma infraestrutura de atendimento orgânico aos servidores. As limitações encontradas geravam sérios embaraços, numa situação não condizente com o porte da EMATER/RS, hoje com 2.093 funcionários.

Um marco foi a consolidação de uma das maiores conquistas do corpo funcional através da implantação do Plano de Cargos e Salários (PCS), reivindicado há mais de dez anos e que objetiva dar estabilidade na carreira e possibilidade de ascensão, além de corrigir distorções salariais.

Mereceram constante atenção a capacitação e a reciclagem do pessoal, para garantir a eficiência dos trabalhos. Além da preparação inicial aos 425 servidores, de 13 cargos, concursados em 1990, foram realizados 92 outros treinamentos, envolvendo 1.270 técnicos.

Outras providências, foram a solução das pendências relativas à insalubridade, envolvendo mais de 700 funcionários; o reaparelhamento legal para evitar causas trabalhistas, atendendo a legislação e se antecipando aos conflitos; a implantação do auxílio creche e a criação do Serviço Social para amparar o servidor e sua família.

Novas responsabilidades e ações



Oportunamente assinalar algumas novas responsabilidades e ações assumidas e desenvolvidas pela EMATER/RS nesse período, o que ampliou o número de servidores e a presença junto à sociedade.

Através de convênio com a Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), passou a executar a política oficial de assistência técnica leiteira no Estado, absorvendo 40 técnicos daquela empresa e levando esse serviço para mais de cem municípios.

Absorveu o Serviço de Classificação de Produtos de Origem Vegetal, que estava afeto à antiga Clavesul e incorporou a seu quadro 308 funcionários, efetuando uma atividade que complementa a ação de assistência e extensão.

Juntamente com 35 Prefeituras e a Riocell, mediante convênio, desenvolveu o Projeto de Extensão Rural e Fomento Florestal, implantando bosques em 1970 propriedades, distribuindo 3 milhões e 900 mil mudas de eucalipto. Para 1991 a previsão é de atingir 61 municípios, distribuindo 6 milhões de mudas e 167 quilos de sementes de eucalipto.

Estabelecido pelos Governos das Repúblicas Federativas da Alemanha e do Brasil, sob coordenação, respectivamente, da GTZ e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, a EMATER/RS é a executora do PRORENDA - Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para e através da População de Baixa Renda-. O PRORENDA visa introduzir processos suscetíveis de melhorar de maneira eficaz a vida dos pequenos agricultores, na base da mobilização do seu potencial de auto-ajuda, permitindo desenvolver seus próprios recursos de forma mais produtiva, com um mínimo de intervenção estatal.

Além de aperfeiçoar o sistema de cooperação com as Prefeituras Municipais, de longa data eficientes partícipes dos nossos trabalhos, a EMATER/RS ampliou seu relacionamento com a sociedade, estabelecendo programas de ação, intercâmbio e cooperação com inúmeras instituições, públicas e privadas, vinculadas ao setor primário, buscando soluções para os problemas do produtor e sua família.

Entre os organismos, com os quais temos atuado de modo conjunto, destacam-se a CORLAC, Riocell, FECOTRIGO, OCERGS, FETAG, FARSUL, Universidade de Passo Fundo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Federal de Pelotas, bancos, associações de empresários, sindicatos, associações de produtores, cooperativas e veículos de comunicação social, resultando benefícios reais à produção e ao produtor.

Importante ressaltar, também, as relações de intercâmbio técnico e em programas de ações em nível internacional com organismos como o CICDA, da França; GTZ, da Alemanha; CIAT, da Colômbia; Instituto Marc Shagall, de Israel; a FAO, órgão para agricultura da Organização das Nações Unidas, e com o Governo de Cuba.

A extinção da EMBRATER não interrompeu o relacionamento com o Governo Federal; ele ocorre através do Ministério da Agricultura, especialmente no que diz respeito à Classificação de Produtos de Origem Vegetal e com a EMBRAPA, hoje responsável pela coordenação nacional do serviço de assistência técnica e extensão rural.

Essa integração com organismos que se vinculam ao setor agropecuário tende a se ampliar e é importante, pela necessidade de aglutinar esforços, economizar recursos financeiros e evitar desperdícios em ações paralelas.





Programas prioritários do Governo do Estado (Algumas ações)



Os bons resultados obtidos como entidade executora do programa de extensão rural, sem dúvida, foram responsáveis pela delegação de novas atribuições à EMATER, que passou a implementar e executar os programas prioritários da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado, onde se destacam:

1) MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS

Este programa, que mereceu atenção especial no período, tem elevada receptividade junto aos agricultores e perfeita integração com entidades municipais e lideranças do setor primário e visa alcançar um desenvolvimento econômico, social e ambiental das propriedades e da vida rural. Os resultados são expressivos e o programa atinge 112 municípios e uma área de 250 mil hectares. A previsão é de alcançar um milhão de hectares nos próximos dois anos.

2) IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Visa o aproveitamento das várzeas e áreas irrigáveis, aumento da produtividade das culturas e maior segurança na produção, principalmente das pequenas propriedades. É um trabalho integrado com a Divisão de Comandos Mecanizados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Secretaria de Desenvolvimento e Obras Públicas, com a aplicação do Fundo de Investimento em Recursos Hídricos. Entre as atividades destacamos, como exemplo, a construção de 1.086 microaçudes, cuja demanda tem superado a capacidade operativa das entidades envolvidas e, por isso, a prioridade é de atendimento aos produtores de hortigranjeiros.

3) ARMAZENAGEM INDIVIDUAL E COMUNITÁRIA

É um programa com a finalidade de criar uma infraestrutura ao nível de propriedade e comunidade, que possibilite adequada conservação dos produtos. Conta com a colaboração da CESA, BADESUL, FETAG e com recursos do BNDES e FEAPER. Já foram instalados 2.180 paióis individuais, com capacidade de 300 a 700 sacos e 30 armazéns comunitários.

4) FUNDO DE APOIO À PEQUENA PROPRIEDADE == FEAPER

Foi criado com a finalidade de permitir à pequena propriedade usufruir de crédito através da sistemática de pagamento em produto ou equivalente e dar cobertura a investimentos. (É um programa paradigma a outros que objetivam apoiar o pequeno produtor). No período, foram executados 6.725 projetos de crédito para as mais diversas finalidades, desde sementes e mudas até eletrificação.

5) TROCA-TROCA

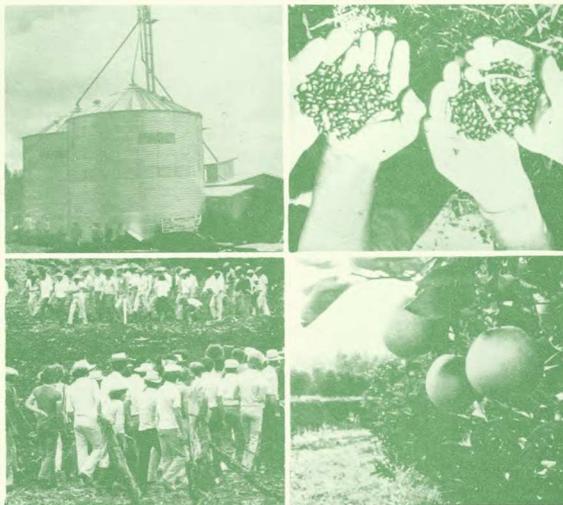
Com a mesma sistemática de pagamento do FEAPER, nos últimos dois anos foram distribuídos para agricultores de 300 municípios, dois milhões de quilos de semente de milho e 150 mil quilos de semente de feijão, numa atividade cooperativa que envolveu a FETAG, Prefeituras, sindicatos e cooperativas.

6) REFORMA AGRÁRIA

Objetiva prestar assessoria técnica e estimular a organização dos agricultores e suas famílias nos projetos de assentamentos governamentais, dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária. No período de 1989/1990, o número de assentamentos trabalhados passou de 15 para 52, atingindo 1.874 famílias, uma área de 38.477 hectares, em 24 municípios.

7) CITRICULTURA

Esse programa de fomento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento contou com a participação das Prefeituras Municipais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FETAG, cooperativas, CEASA, agentes financeiros e associações de viveiristas. Durante 1990, os 2.500 agricultores, em 110 municípios, plantaram 1.150.000 mudas, numa área de 2.500 hectares e, dada a receptividade, a previsão é de atingir 5 milhões de mudas, o que irá colocar o Rio Grande do Sul em posição de destaque na produção de citros.



Como órgão executor da política oficial de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul, a EMATER/RS desenvolve quatro grandes conjuntos de programas:

- A) Programas de Produção e Abastecimento
- B) Programas de Proteção ao Meio Ambiente
- C) Programas de Apoio à Produção
- D) Programas de Promoção Social

É também a entidade executora do Programa de Classificação de Produtos Vegetais, conforme convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Com o trabalho nessas áreas e mais a execução dos programas prioritários do Governo do Estado, a empresa desenvolve uma atividade abrangente em termos econômicos, sociais e ambientais.

A) PROGRAMAS DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

Visam a transferência de tecnologia agropecuária e gerencial capaz de proporcionar maior produção e produtividade, elevação da renda líquida do produtor e geração de excedentes exportáveis, com uso mais racional dos recursos naturais renováveis e dos insumos.

O adicional de rendimentos entre agricultores assistidos e não assistidos tem variado de 8 a 48% nas grandes culturas, como milho, soja, feijão, trigo, arroz, mandioca e até superado os 100% em cultivos especializados, como morango e tomate.

Na produção animal, o adicional de produtividade variou em 21% em termos de lã/cabeça/ano, em ovinos, para mais de 80% em leite/vaca/ano e em leitões porca ano.

Para reduzir importações, consolidar nova alternativa de renda, ofertar produtos de melhor qualidade e menor preço à população, organizar a produção e a oferta durante todo o ano, os hortigranjeiros tem merecido apoio especial. Já são 175 feiras de produtores (mais 16 no litoral) em 150 municípios, 2.450 feirantes, atingindo 650 mil consumidores por ano. Nes-





se sistema, os produtores tem ganho, em média, 30% a mais, ofertando os produtos, em média, 22% mais baratos ao consumidor.

Mais de 500 estufas e túneis plásticos foram implantados, permitindo a produção na entressafra, com rendimentos 100% superiores aos dos cultivos convencionais.

B) PROGRAMAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Têm por objetivo promover a formação de uma mentalidade favorável à preservação dos recursos naturais renováveis - solo, água, flora e fauna - de modo a alcançar maior harmonia entre o homem e a natureza. Promove, também, através da conscientização e da transferência de tecnologia, o uso adequado dos métodos de controle de doenças, pragas e ervas daninhas, com vistas a preservar a produção, a qualidade, a quantidade dos alimentos e a qualidade de vida da população.

Os programas são: de recursos naturais, solos e reflorestamento, microbacias hidrográficas, defesa sanitária vegetal e controle biológico da lagarta da soja, abrangendo 258 municípios. Em oito anos, o uso do «baculovírus» para o combate da lagarta da soja proporcionou uma economia de 16,5 milhões de dólares aos agricultores.

C) PROGRAMAS DE APOIO À PRODUÇÃO

Têm por objetivo o desenvolvimento e a melhoria da infraestrutura de produção, visando a oportunizar maior eficiência e estabilidade do processo produtivo e abrange 180 municípios. São programas de administração rural, agroindústria, reforma agrária, mecanização agrícola onde se insere, para o aporte de recursos, o FEAPER.

Incentivar novas unidades transformadoras da produção agropecuária, dar apoio tecnológico às já instaladas, fixar o elemento humano no seu meio, gerar empregos e mais impostos e melhorar a qualidade dos produtos ofertados aos consumidores são os objetivos do Programa de Agroindústria. Em 1990, 18 novos projetos para implantação, ampliação ou refor-





mas de agroindústria foram executados, abrangendo laticínios, carnes, frutas, vinho, armazenamento frigorificado e rações, entre outras.

Nesse contexto, destaca-se o estímulo à formação de Associações de Prestação de Serviços de Assistência Técnica (APSATs), onde os produtores, de forma associativa, desenvolvem trabalhos em mecanização, criação de suínos e gado de leite, melhoramento genético, armazenamento, compra de insumos e outros.

D) PROGRAMAS DE PROMOÇÃO SOCIAL

Têm por objetivo: a) elevar o nível da qualidade de vida das famílias, mediante atuação direta nas áreas de saúde, saneamento básico, alimentação e habitação; b) promover o desenvolvimento integral da juventude, na busca de sua ascensão sócio-econômica e política e nas atividades da agropecuária, domésticas e com líderes comunitários; c) buscar a organização, como forma de viabilizar a integração e interação entre pessoas, formas associativas e lideranças, oportunizando os debates e soluções dos interesses e aspirações das comunidades.

Merecem destaque, atividades e práticas para implantação de hortas e pomares domésticos, o preparo e consumo correto de alimentos, a industrialização caseira e armazenamento adequado de alimentos, melhoria no abastecimento de água, no saneamento ambiental e das habitações, prevenção de doenças e atividades junto às escolas, como melhoria da merenda e saúde oral.

Alcançando 204 municípios, realiza-se um trabalho, ainda, de estímulo à organização com assistência a grupos de agricultores, clubes e grupos de mulheres e jovens, às associações e conselhos municipais e a organismos como CITE's e APSAT's.

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Em 1988, por Decreto do Governo do Estado, a EMATER/RS incorporou a Classificação de Produtos de Origem Vegetal, serviço que executa através de convênio com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Tem por objetivo selecionar os produtos para diferentes usos, em função da qualidade e a conseqüente diferenciação de preços, fazendo com que produtores, compradores e consumidores se beneficiem das garantias que a classificação oferece.

Nesse período, o número de postos de classificação, distribuídos em pontos estratégicos no Estado, passou de 34 para 43, com a classificação de 15,3 milhões de toneladas dos mais diferentes produtos.



Emerge um novo cenário para a EMATER/RS nos anos 90, como decorrência das inúmeras providências de reestruturação interna e respostas positivas às demandas da sociedade e por novos encaminhamentos na relação com a União e o Estado.

Um fator positivo foi a recomposição de uma articulação nacional do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, agora sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que substituiu, na função, a extinta EMBRATER, com o que se restabelece a fonte de recursos federais.

A partir do momento que o Governo do Estado bancou os recursos para execução dos trabalhos, uma nova relação se consolidou entre a empresa e o Poder Público, sendo a EMATER/RS reconhecida como instituição pública, com sua rotina administrativa e financeira determinada por essa condição.

Por ter demonstrado agilidade e eficiência e como desdobramento dessa relação com o Estado, a EMATER/RS, além de executar a política oficial de extensão e de efetuar a classificação dos produtos de origem vegetal, tornou-se, efetivamente, o órgão executor dos programas prioritários do Governo Estadual no setor agropecuário.





A extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e sua substituição pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) traz um fato novo para a EMATER/RS administrar, de agora em diante.

A operacionalização, na forma de trabalhar, deverá ser estabelecida em conjunto pelas duas instituições. A EMBRATER tutelava as empresas estaduais de assistência e extensão, o que não deverá ocorrer com a EMBRAPA, pois as EMATER são organismos autônomos e comprometidos com peculiaridades regionais.

As relações, que até recentemente foram mais interpessoais, pela conjugação de interesses mútuos, passam a ser interinstitucionais, onde pesquisa e extensão deverão buscar, juntas, soluções para beneficiar a produção e o produtor rural e sua família

A expectativa, na transferência de tecnologia, é muito positiva. De um lado, dando maior agilidade para que os novos conhecimentos cheguem aos usuários e, de outro lado, para que o impacto disso e os problemas existentes cheguem de forma mais rápida nos centros de pesquisa.

Neste momento é importante ressaltar o papel decisivo desempenhado pelos servidores das instituições nacionais de extensão e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) para o restabelecimento da articulação nacional desse serviço a partir da extinção da EMBRATER.



A EMATER/RS chega aos anos 90 reunindo condições para responder às demandas e aos desafios da agropecuária nesta última década do século, que se antevê como de profundas transformações e muitas exigências.

É imperativo continuar os investimentos em recursos humanos, tanto na área tecnológica, quanto em conhecimentos de gerência e administração rural, levando a uma compreensão da realidade econômica, social e política que cerca o servidor, objetivando uma intervenção realista e eficiente na base de atuação, que é o município.

Outra exigência é a continuidade na modernização dos processos administrativos e gerenciais, racionalizando e informatizando os procedimentos, inclusive para enfrentar fatos novos, como por exemplo, a integração com o Cone-Sul.

O profissionalismo deve se fortalecer, pois a empresa compreendeu que não é um núcleo familiar e que somente com métodos modernos conseguirá ser a vanguarda que dela se espera em termos do desenvolvimento econômico, social e ambiental da agropecuária gaúcha.

Como instrumento mantido pelo Poder Público, tem de ter, também, um papel de complementaridade nas demandas de assistência técnica, constituindo-se num mecanismo de articulação e de integração dos demais órgãos comprometidos com a economia primária.

E, além de transferir tecnologia, executar serviços e programas de desenvolvimento, deve se preparar para propiciar capacitação técnica a setores que não têm tido acesso rotineiro aos novos conhecimentos.

Importante, ainda, aprimorar o conhecimento da realidade do público assistido, visando compatibilizar programas de real interesse do produtor e comunidades rurais e alcançar as transformações desejadas.

